



IMPLICAÇÕES SOCIODISCURSIVAS SOBRE AS TENSÕES RACIAIS NO BRASIL: O ABUSO DE PODER NA LÍNGUA

Willyane Mara Costa de Paula¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Este artigo aborda como a relação entre língua, discurso e sociedade, em um processo sociointeracionista, sofre com as prerrogativas ideológicas e históricas do contexto societário às quais estão inseridas. Utiliza os Estudos Críticos do Discurso (ECD) como método e teoria, que busca compreender como as produções sociodiscursivas servem para articular as relações raciais. Destaca que as produções comunicacionais refletem as nuances, costumes, mitos, crenças, aparelhamentos ideológicos, etc. de uma comunidade, de modo que é utópico acreditar que exista uma linguagem neutra ou imparcial. Nesse sentido, os estudos críticos do discurso são essenciais para revelar as condições de produção que caracterizam o discurso e evidenciar seu caráter ideológico. Também enfatiza que, no contexto brasileiro, as práticas sociais estão estruturadas dentro de uma ideologia colonial, racista e segregadora, que interferem nos meios de produção de matérias e de discursos que propagam um racismo discursivo, que contribui para a manutenção das relações de poder. Se chega à conclusão de que há um embate de forças entre os privilegiados, que lutam para manter-se no poder, e os usurpados de direitos, que lutam para alcançá-los e os ECD funcionam como estratégias sociodiscursivas que questionam a estrutura, para modificar a ordem social vigente.

Palavras-chave: Sociodiscurso. Racismo discursivo. Estudos Críticos do Discurso. Abuso de poder.

RESUMEN

Este artículo aborda cómo la relación entre lengua, discurso y sociedad, en un proceso sociointeraccionista, sufre las prerrogativas ideológicas e históricas del contexto social en el que están insertas. Utiliza los Estudios Críticos del Discurso (ECD) como método y teoría, para comprender cómo las producciones sociodiscursivas sirven para articular las relaciones raciales. Destaca que las producciones comunicacionales reflejan las nuances, costumbres, mitos, creencias, aparatos ideológicos, etc. de una comunidad, por lo que es utópico creer que existe un lenguaje neutro o imparcial. En este sentido, los estudios críticos del discurso son esenciales para revelar las condiciones de producción que caracterizan el discurso y evidenciar su carácter ideológico. Enfatiza que en el contexto brasileño, las prácticas sociales están estructuradas dentro de una ideología colonial, racista y segregadora, que interfiere en los medios de producción de materiales y discursos que terminan propagando un racismo discursivo, que contribuye a la mantención de las relaciones de poder. Se llega a la conclusión de que hay un enfrentamiento de fuerzas entre los privilegiados, que luchan por mantenerse en el poder, y los usurpados de derechos, que luchan por alcanzarlos, y los ECD funcionan como estrategias sociodiscursivas que cuestionan la estructura, para modificar el orden social vigente.

Palabras clave: Sociodiscurso. Racismo discursivo. Estudios Críticos del Discurso. Abuso de poder.

¹ É mestrande no Programa de Pós-graduação de Língua e Cultura (PGLINC) da UFBA e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).



INTRODUÇÃO

Compreender o caráter social da língua exige entendermos que ela nasce de um processo sociointeracionista, em que, conjuntamente com a linguagem, sofre as prerrogativas ideológicas e históricas do contexto societário que a circunda, que a materializa dentro de especificidades que transpassam os meros fatores gramaticais. Diante disso, Todorov assinalou que, para Bakhtin (1997), a linguagem e o pensamento são, basicamente, inter-subjetivos, assim sendo, trata-se a linguagem de um conjunto de experiências “fenomenológicas, sociológicas, lingüísticas e histórico-literário” (BAKHTIN, 1997, p. 15) compartilhadas por uma comunidade em constante estado de transmutação, que se interpõe umas às outras, gerando contextos sociolinguageiros transdisciplinares e multifacetados pela língua, em outras palavras, estas duas competências estão interconectadas e não coexistem separadamente, pois, “é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115).

E justamente concebendo a língua enquanto um processo sociointeracionista que depende de uma atividade social entre sujeitos que, neste trabalho, partimos do princípio de que produzimos os sentidos expressados pela língua através da constituição sociolinguística de discursos, compreendendo-o como um articulador das relações sociais e das relações de poder. De certo modo os sujeitos não são atores passivos que apenas absorvem as expressões de sentido, pelo contrário, enquanto atores sociais, estamos constantemente produzindo e reproduzindo sentidos sociodiscursivos. Concordamos que o discurso:

É modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e também é modo de representação; constitui elemento da vida social intimamente interligado com outros elementos; é moldado e restringido pela estrutura social e contribui para a constituição das dimensões dessa estrutura social. Logo, se o discurso é um dos momentos das práticas sociais - outros momentos são relações que revelam o poder, as crenças, os valores, os rituais das instituições -; se o discurso é um elemento social e histórico, a ADC constitui ferramenta essencial no trabalho de revelar as condições de produção que caracterizam esse discurso para evidenciar seu caráter ideológico”. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 57).

Porém, tudo o que é produzido por uma sociedade, reflete a sua organização social. Assim são os processos comunicacionais: eles refletem as nuances, costumes, mitos, crenças, aparelhamentos ideológicos, etc. de uma comunidade, de modo que, por exemplo, se vivemos num contexto de conservadorismo, isso será refletido no uso da língua, então, é utópico acreditarmos que exista uma linguagem neutra ou imparcial, porque ela está sempre carregada de pressupostos que as atravessam, como as relações de classe, gênero, etnia e de poder, porque, antes disso, estas conjecturas transpassam os próprios sujeitos produtores de discurso.

Frente a isso, como poderíamos encarar as produções sociodiscursivas apenas como meras sentenças textuais? De fato, não podemos continuar limitando-nos apenas a esta questão, se observarmos, por exemplo, que os eventos discursivos sobre atores sociais aportam, em sua estrutura estilística, as práticas sociais de uma determinada comunidade, que se estruturam, no contexto brasileiro, dentro de uma ideologia colonial, racista e segregadora, controlada, majoritariamente, pela branquitude, pelo pacto narcísico e o mito da democracia racial, que são questões ideológicas que interferem nos meios de produção de matérias e de discursos, criando e propagando representações de mundo sobre os eventos, até que estas se institucionalizem.



Então, para refletirmos se existem estruturas sociodiscursivas atravessadas por uma égide de segregação, que sequer foi abalada após o seu auge (escravismo), em que, possivelmente, nos consolidamos como uma nação sob uma falsa sensação de liberdade, avanço, igualdade e respeito, que nos propomos a questionar este lugar de neutralidade e silenciamento que se atribuem às análises sociolinguísticas sobre questões raciais, mostrando que existe um controle e um abuso de poder exercido dentro do discurso, que está diretamente conectado aos temas de linguagem, de comunicação de massas, de aderência a estereótipos, que já não podem seguir ocupando o lugar do improvável e sim do evidenciado.

1 DISCURSO E ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Tratando de localizar os nossos leitores nas nossas perspectivas críticas, acreditamos que o discurso seja uma manifestação socioideológica, dos sujeitos, materializada, também, através do mecanismo da escrita, da oralidade, da arte, entre outros. A construção de uma ideia discursiva perpassa mais o mecanismo cognitivo, social, histórico, individual e coletivo de quem comunica, e menos o status simplista e determinista de explicá-lo como tão somente um aglomerado de orações. Nossas orações estão subordinadas por ideologias, porque só existem frases, sons, ruídos, textos e outros, pelo fato de querer-se emanar uma ideia, uma concepção sobre um dado, um momento, um momento que é trabalhado através de sintagmas escolhidos para dinamizarem o que se deseja explicar. Sendo assim, nós movemos essa estrutura para que ela comporte o dinamismo estrutural ideológico e automatizamos as ideias, no discurso, através dos mecanismos linguísticos. Sintetizando o exposto dentro do que seria o movimento da “concepção tridimensional do discurso” sugerida por Fairclough (2001), que envolve prática social, prática discursiva e texto, acreditamos que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

No entanto, como questiona Fairclough, um dos fundadores dos Estudos Críticos do Discurso², essa operação executada pelos sujeitos obedece alguns padrões de ordem social, porque todos os sujeitos estão inseridos em um campo de ideias, que foram submetidas a um refino ideológico, seja familiar, escolar, religioso, moral, que moldou a forma como se constituiu um enredo de descrição de acontecimentos, ou a como uma história será contada, sob qual ponto de vista que escolheu-se para narrar um fato (o lado do invasor ou o lado do invadido), além das submissões (anti)éticas e estruturais, como o poder imposto através do machismo, do racismo, da homofobia, que também submetem a liberdade e a interação entre os sujeitos, resultando em mediações de poder que controlam, inclusive, as manifestações discursivas. Todo este caráter

² A área de Análise Crítica do Discurso (ACD) também pode ser identificada como Análise do Discurso Crítica (ADC) ou Estudos Críticos do Discurso (ECD). Neste trabalho optamos por utilizar o termo Estudos Críticos do Discurso (ECD), uma proposta de van Dijk (2015), que é uma das nossas principais referências teóricas, e por acreditarmos que seja o conceito mais adequado para os objetivos desta pesquisa. Os ECD interagem com as teorias da Análise do Discurso, que são práticas acadêmicas, transdisciplinares, que atuam de modo funcional, dentro dos objetivos de cada pesquisa. (VAN DIJK, 2015, p. 10-11).



multissistêmico demonstra como texto, discurso, língua e linguagem e sociedade estão interconectados e atravessados pela historicidade.

Justamente por sustentarem tantas relações complexas, que devemos entender o trânsito que consolida o discurso como uma prática que sempre está situada socialmente, mediada pela sociocognição de quem constrói uma narrativa e de quem consome essa narrativa. Sabemos que os sujeitos se expressam ancorados cognitivamente em fatores relacionados à memória de longo prazo, bem como à memória de curto prazo, construindo interpretações sobre os enunciados, baseando-se nas pré-concepções históricas que guiaram a sua formação social, educacional, etc., agrupadas ao que se constituiu como identidade deste sujeito, que resgata todos estes antecedentes individuais e coletivos, e tecem juízos de valor sobre determinado discurso, ancorados pela cognição.

Quando van Dijk (2015, p. 241) traça algumas inferências sociocognitivas sobre como um discurso é processado pela memória de curto prazo, espaço esse que, segundo o autor, “seria a dimensão onde o discurso em geral e o discurso manipulador são abstraídos”, temos mais uma evidência que denota a capacidade social do discurso em influenciar na dinâmica social. Segundo o autor:

Uma forma de manipulação consiste no controle de algumas dessas estratégias parcialmente automatizadas de compreensão do discurso. Por exemplo, ao imprimir parte do texto em uma posição saliente (por exemplo, no topo), em fontes grandes ou em negrito, esses dispositivos atrairão mais atenção e, conseqüentemente, serão processados com recursos extras de tempo ou memória, como é o caso das manchetes, títulos ou slogans publicitários - assim contribuindo para um processamento mais detalhado e para uma melhor representação e lembrança. Manchetes e títulos também funcionam como a categoria convencional do texto para a expressão das macroestruturas semânticas, ou tópicos, que organizam as estruturas semânticas locais; por essa razão, tais tópicos são mais bem representados e lembrados. (VAN DIJK, 2015, p. 241).

Por isso, quando Teun van Dijk (2015) afirma que as escolhas designativas e o uso específico de categorias semânticas, tanto no texto, como na fala (e nos textos multimodais) geram a construção de modelos mentais³ que podem afetar a memória de curto prazo e a compreensão dos leitores, já que são induzidos a focarem mais em uma informação do que em outra, então concluímos que os discursos que constroem esses modelos mentais estão conectados ao que Fairclough (2001) chamou de “entidades-chave”, que são aquelas representações que “posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...]” (p. 22). Queremos dizer que, cognitivamente, as atividades representacionais e ideológicas se localizam neste espaço da memória e são acionadas quando discursivamente resgatadas.

Uma vez mais, vemos como são importantes os estudos que se dedicam a compreender como o discurso, as relações sociais e a cognição agem através desta ferramenta de comunicação discursiva chamada língua, para consolidar determinadas estruturas conceituais na linguagem, estereotipando significados sobre as coisas, sobre os eventos, as pessoas, os lugares, em resumo,

³ Acredita-se que os modelos mentais são representados na Memória Episódica, isto é, na parte da Memória de Longo Prazo em que representamos nossas experiências autobiográficas ou “memórias” pessoais (BADDELEY, CONVEY, AGGLETON, 2002; TULVING, 1983, 2002 in VAN DIJK, 2016, p. 11).



sobre os distintos atores sociais e práticas sociais. Portanto, entender como o discurso se torna um recurso de manutenção das relações de poder, que podem fomentar desigualdades e alimentar condutas discriminatórias na sociedade, é constatar a importância sociolinguística e política do discurso, que:

Mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política e não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Em resumo, quando Norman Fairclough (2001, p. 47) assinala que “as estruturas sociais de poder nas relações humanas, também se projetam no discurso, criando uma submissão entre a cultura dominante e a cultura subordinada”, ele demonstra que o modo como se utiliza a linguagem e os modos de representatividade escolhidos para caracterizar um determinado tipo de identidade socialmente situada não se dá ao acaso, então, as relações de poder são fundamentais para estruturar o que é ou não relevante para ser publicizado, o que deve ou não ser dito no texto, a partir de quais premissas se narra um fato, pois, sendo as práticas sociais, na realidade, práticas discursivas afetadas pelas relações de poder (FOUCAULT, 1979), constata-se que toda reprodução discursiva é, também, uma reprodução social.

2 IMPLICAÇÕES SOCIODISCURSIVAS SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS E ABUSO DE PODER

As relações raciais no Brasil sempre foram cercadas por tensões e por abusos de poder no que tange ao convívio social entre sujeitos brancos e sujeitos pretos, devido ao passado colonial, escravocrata, eugenista e genocida do país, que influenciou a formação social, política, econômica e cultural da população brasileira. Apesar das tentativas de produzir-se uma narrativa de democracia e respeito mútuo entre os sujeitos étnicos, como ocorreu com a produção e difusão do livro “Casa-grande e senzala”, de Gilberto Freyre (1930), a materialidade histórica, que agrupa os eventos que envolvem os atores sociais etnicamente antagonísticos, nos revela que existem mais aspectos negativos que positivos que os interligam.

As disparidades étnicas fomentadas por uma cultura de sobreposição de direitos e deveres, além de evidenciarem uma relação de dominação, revelam que existe uma hierarquia na sociedade, que outorga a sujeitos da cultura hegemônica os privilégios e dispensa aos da cultura subalternizada o desfavorecimento perante muitas esferas do convívio social, limitando o acesso, o progresso, a manutenção e a evolução destes grupos contra-hegemônicos. De fato, existem pressupostos históricos e métodos de dominação, físicos e ideológicos, que nasceram no passado colonial do Brasil e que não deixaram de existir com a queda do regime político, do contrário, permaneceram vivos e poderosos, como só as ideologias são capazes de sobreviver, pois, como afirma Skidmore (2012), a ideologia racial presente na formação do Brasil promovia o “gene branco” como superior



e queremos saber se é possível que este caráter de sobreposição e classificação de sujeitos, mesmo em situações análogas, também se faz presente nos textos em análise.

Sabendo que a “acomodação e a repressão” (SKIDMORE, 2012, p. 193) são armas de controle dos grupos em situação de dominação perante os, por hora, dominados, pensamos que seja importante questionarmos desde os macro-problemas até os micro-problemas que envolvem os abusos de poder exercidos pelos grupos hegemônicos no Brasil, e encaramos os problemas linguísticos apontados nesta dissertação como relevantes para os movimentos reivindicatórios raciais. Por outro lado, a hipótese de encontrarmos uma representação de atores sociais que denotem a acomodação da prática racista, que possui amplos vieses de atuação na dinâmica textual, sugerirá que possa existir uma solidificação e aderência tão grande da sociedade e das instituições ao racismo, que, considerando a importância do discurso na organização social, este poderá ser uma arma fundamental para o ecossistema da prática de discriminação.

De fato, estamos certas de que o discurso é um modulador social, bem como um espaço onde a ideologia se estrutura, além de ser uma ferramenta que aglutina consciências, gera homogeneidades e heterogeneidades, sendo capaz de conduzir indivíduos e coletivos da esfera do texto para a esfera da prática, porque o discurso é capaz de alimentar as verdades que os posicionamentos e ações demandam. Ademais, pelo seu caráter democrático enquanto ferramenta, podendo ser utilizado por sujeitos dominantes e dominados, salvaguardando o controle de produção e difusão exercido pela cultura hegemônica e sabendo que o embate ideológico também acontece no campo sociodiscursivo, que devemos encarar a linguagem como uma forma de subverter a doxa retórica vigente.

De outros modos, existem evidências sociolinguísticas que denotam que existe, no imaginário coletivo, mais aderência à ideia de que “sujeitos pretos são naturalmente seres subalternizados”, do que como “sujeitos naturalmente livres”, algo que provém das históricas relações entre escravocratas e escravizados, fomentadas no passado de escravismo do Brasil, demonstrando como as implicações sociodiscursivas influenciam na representação de atores sociais. Essa evidência se dá através de uma:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, que desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 120).

Destarte é possível perceber que este longo período de controle de vidas negras ajudou a construir o que somos hoje enquanto sociedade, além de influenciar o modo como nos organizamos, como tratamos as pessoas e como nos relacionamos. De certo modo, essa é uma tradição cultural que ainda se mostra sólida quando vemos, por exemplo, que os índices de pessoas brancas em postos de trabalho de alta importância são grandes e, do contrário, os números que mostram a presença de sujeitos negros em cargos de menor prestígio são quase unânimes (BENTO, 2002). Diante disso, ainda estamos em um momento histórico de vermos a quebra de paradigmas e a ressignificação destes.



O que sintetiza o parágrafo acima pode ser chamado de subordinação social dos negros, que, após estarem libertos do escravismo, não foram também libertos do caráter ideológico de tal sistema. Nesse caso, onde, na teoria, não se imperava mais a escravidão enquanto sistema econômico que recorre à mão de obra não-remunerada, exercendo trabalho obrigatório, na prática, tornou-se um grande mar de ilusões que ofereceu a liberdade a um custo alto e permanente, porque a dívida histórica e a reparação social, econômica, política, etc. que deveriam ser empregadas ao fim do processo de escravismo, não ocorreram com a devida anuência que o tema merecia, ou seja, não houve um empenho proporcional ao tamanho da questão social para extinguir toda e qualquer prática que estivesse conectada a esse período e a esta estrutura.

Nós sabemos que as nossas tradições são calcadas com a constância da prática e que a desconstrução de qualquer hábito requer um empenho, por vezes maior, da própria sociedade, para tentar modificar algum aspecto que já se tornou uma tradição. Mas é preciso lembrar que nem toda prática tradicional é uma prática positiva que assevera em seus pilares a democracia, a equidade e o respeito à pluralidade, ainda mais se nos damos conta de que a maioria das práticas tradicionais que circundam as sociedades colonizadas possuem um caráter em comum: um passado de segregação, de rompimento de direitos humanos e de sobreposição de culturas. A prática da escravidão pode ter sido extinta, porém, a ideologia que subjaz a escravidão, a subalternidade de corpos negros⁴ em detrimento de um sistema de poder da branquitude⁵, ainda segue vigente e ativa.

Nós fomos influenciados por um passado pós-abolicionista que deixou como herança para o negro brasileiro o lugar de sujeito servil da sociedade de classes, ou seja, desde o passado à atualidade, segue-se direcionando a este grupo o caráter de inferioridade, perante uma cultura hegemônica, que quer denotar a si mesma uma superioridade no constructo social e, por vezes, consegue exercer esse controle, visto que o manejo dos espaços de poder, majoritariamente, também são feitos por sujeitos que desfrutam do privilégio de ser parte deste conjunto. Em outras palavras, a relação “senhor/escravo” não se encerrou com o fim da escravidão, ela se estabilizou como uma prática social que guiou os eventos sociais, ademais, porque o fim do regime “não trouxe uma mudança econômica e social esperada pelos abolicionistas [...] que logo perceberam que [...] a Abolição não ameaçava necessariamente seu predomínio econômico e social”. (SKIDMORE, 2012, p. 54-55).

Sendo assim, estamos falando de um passado que solidificou a ideologia de submissão do negro através do uso da violência, principalmente, porque, como afirma Albuquerque (2006, p. 65), “viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados”, ou seja, a escravidão de corpos negros representava estar submetido ao domínio, em que não havia

⁴ Neste trabalho, por vezes, nos voltamos à nomenclatura de “sujeitos pretos” e, por outros, “sujeitos negros” para designar o mesmo grupo social de pertencimento étnico à negritude. Estamos nos apoiando nos conceitos de “identidade social” e de “raça social” que agrupam os pertencimentos étnicos e culturais dos sujeitos a um grupo social de referência. Partimos deste reconhecimento plural “do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” (GOMES, 2005, p. 42-43).

⁵ “O conceito de branquitude é entendido como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram.” (SCHUCMAN, 2015, p. 23).



tanto espaço para a relutância, física ou moral, que pudesse assegurar àqueles sujeitos outra possibilidade que não fosse a de subordinar-se diante do sistema que lhe foi obrigatoriamente posto⁶. Estes costumes, que perduraram por quase 4 séculos e que estão sendo pormenorizados há tão somente 134 anos após a abolição, mostram que existe uma longa trajetória de construção e reconstrução da posição do negro na sociedade brasileira dirigida, ainda, à servidão, justamente pelo fato da cultura negra, majoritariamente, estar tematizada em representações envoltas aos ideais de submissão e violência.

Esse passado que originou a subordinação social do negro perante os sujeitos brancos é a base para compreendermos como as desigualdades sociais fomentadas por distanciamentos étnicos são tão visíveis e latentes, mesmo após o fim do período de escravismo. Se por um lado esse passado escravocrata foi responsável por fomentar a separação entre raças sociais e por categorizar economicamente os agentes, por outro lado, ele foi o responsável por consolidar alguns papéis sociais como intrínsecos e exclusivos de serem ocupados por determinados sujeitos étnicos ou grupos, trazendo consequências sociais e um assujeitamento dos indivíduos às práticas localizadas. Cabe salientar que:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. [...] Por isso, pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 66-68).

Frente a isso, vemos que era um sistema consolidado, que regia a ordem social (bem como a ordem de discurso) da época e que orientava o destino dos sujeitos que constituíam aquela comunidade, composta por negros e brancos - ou não-brancos e não-negros como cita Albuquerque (2006) -. Aquela estrutura permitia que se operacionalizassem os modos de agir perante o outro, agrupando os sujeitos negros aos piores tratamentos e estratos sociais, fomentou o distanciamento étnico baseado na conduta teórica do determinismo biológico e, ademais, propagou a ideia que se consolidou como um modelo mental de que “as barreiras se erguiam para os que tinham pele mais escura, sobretudo os crioulos e africanos, estes últimos genericamente chamados de pretos. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 164).

No passado e no presente, e trabalhamos para minimizá-lo no futuro, questiona-se piamente a importância do período escravocrata no destino atual das populações que foram escravizadas ou que sofreram genocídio durante o período colonial e pré-republicano, como se depreendessem que há um distanciamento eventual ou ocasional para os índices de desigualdade social atingi-los majoritariamente. No entanto, como já dizia Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 28) “a pobreza

⁶ Apesar de sabermos que o levante de 2 de julho de 1983, na Bahia, por exemplo, foi uma das principais organizações de resistência contra-escravagista que fomentaram a destituição da escravidão no Brasil. (SILVA, 2012).



tem cor: qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la”.

O que queremos dizer é que as questões raciais também influenciam nas questões socioeconômicas e sociolinguísticas, pois, sabemos que mesmo o sujeito branco de classe social baixa consegue emular uma superioridade sobre o sujeito negro, baseando-se no aspecto étnico, através de uma dominação relacional, transacional que ocorre na estrutura social, ou seja, o aspecto social da ideologia da branquitude irrompe a barreira econômica, de gênero, etária, e consegue se sobrepôr sobre todos os demais aspectos.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, um outro atraso social que atingiu a construção social da imagem do negro na sociedade, mesmo após a queda da escravidão e o surgimento de “um novo regime econômico”, foi o direcionamento dos sujeitos negros aos postos de “cidadãos de segunda classe”, impedidos de acessar os ambientes de poder, que eram estritamente controlados por sujeitos brancos. Sobre isso Albuquerque (2006, p. 163) afirma que:

Nos movimentos⁷ de rua que ocorreram naquele período [1831-1840], diversos observadores notaram a insatisfação que reinava entre os negros e mestiços livres e libertos, e os brancos pobres, nas grandes cidades. Isto porque foram eles que sofreram mais severamente as consequências das crises econômicas que se seguiram à independência, sobretudo o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o desemprego e a diminuição dos soldos das tropas. Foram eles submetidos também ao recrutamento forçado, a leis que limitavam a liberdade de opinião, de reunião nas ruas e do culto não cristão.

Portanto, diante do que apresentamos, negar a influência de um sistema de organização econômica e social que perdurou por quase 4 séculos no território nacional e guiou os eventos sociais pós-era e atuais é negar a própria linearidade da condição humana, que se constrói dentro da vivência e da tomada de consciência de suas ações coletivas e individuais. Todos nós somos o acumulado de experiências compartilhadas e, principalmente, devemos considerar que as nossas atitudes refletem a nossa organização social, sendo possível afirmar que uma sociedade que continuamente reproduz o racismo, pode ser considerada racista. Os pressupostos acima mostram que fomos uma sociedade que abandonou a organização escravista no papel, mas, no âmbito social e ideológico, continuamos a dar prestígio, poder e voz a um pequeno grupo hegemônico que era o mesmo da época colonial. Ainda vivemos sob o controle de “senhores” que cometem abuso de poder, sabem que gozam de privilégios e optam por mantê-los intactos. Assim como em 1824 a branquitude senhorial se opôs à promoção da modernização das instituições para acabar com a escravidão, proposta pela Constituição da época, ainda vemos, atualmente, o esforço desta cultura dominante em manter intactos alguns privilégios. (ALBUQUERQUE, 2006).

3 EXEMPLOS DE ANÁLISES

Uma primeira análise que faremos, questionando o abuso de poder na língua e suas implicações sociolinguísticas, será sobre um ator social de etnia branca. Nesta notícia reconhecemos os fenômenos das categorias de “representação, nominalização, naturalização e passivação” (VAN LEEUWEN, 1997), na constituição sociodiscursiva dos agentes da notícia intitulada “*Hulkinho do*

⁷ Sabinada (1837); a Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845). (ALBUQUERQUE, 2006, p. 166).



*tráfico' é preso por vender 'combo' de drogas e sexo no DF*⁸, publicado no dia 22 de setembro de 2021, pela redação do portal Correio 24 horas. Nos limitamos às análises das designações cunhadas ao agente principal da notícia que, aqui, trata-se de “Jean Ferreira Leal”, preso em flagrante por tráfico de cocaína e ecstasy no Distrito Federal, como, também, discutiremos o jogo de palavras empregado pela redação do portal mencionado, articulado para nominalizar o crime de “tráfico” como “venda” e “oferta de entorpecentes” a usuários de drogas, que foram enquadrados como “pessoas de classes sociais elevadas”. Sobre a nominalização “Hulkinho”, a adjetivação “do tráfico” e a categorização “traficante”, presentes no subtítulo e no corpo da notícia, se mostram mais próximas dos fatos e dão mais unificação ao discurso, porque, neste exemplo, o agente da notícia é invocado no texto de modo idêntico às razões que o fizeram tornar-se veiculado no discurso.

Mesmo sendo “garoto de programa”, “modelo” e “digital influencer” (nominalizações e informações colhidas, também, em outras notícias que retrataram este mesmo fato)⁹, as escolhas lexicais estão adequadas à representação sociodiscursiva do agente “Jean Ferreira Leal”, representado, então, de modo ativo. O que, também, nos chama a atenção no texto são as exclusões e classificações dos usuários das drogas traficadas por “Jean Ferreira Leal”, operacionalizadas no discurso através das expressões “pessoas de classes elevadas”, “clientela de luxo”, que recebiam a “oferta de entorpecentes” de “Hulkinho do tráfico”.

De certo modo, neste ponto, o discurso da notícia exerce um apagamento e deslocamento conceitual através da eufemização do significado de “dependente químico”, para uma unificação simbólica de identidade coletiva e racionalizada na concepção dos clientes potenciais de “Hulkinho do tráfico” como “pessoas de classes elevadas”, o que nos aduz a pensar: “pessoas de classes elevadas”, que consomem drogas, não são igualmente “toxicomaníacas”? Essa operação de diferenciação e expurgo do outro, “desune e impede a constituição e construção simbólica de um inimigo” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28), ou seja, é como se esta classificação, em termos de categorização, suavizasse o ato de receptação e consumo de drogas ilícitas. Também notamos uma ocorrência de “inversão”, pois o ator social está ligado a duas práticas, inclusive, reforçadas pela “simbolização” através da alcunha infantilizada, que, num certo sentido, se opõem à prática social do delito. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 212).

Uma segunda análise que faremos se trata de um ator social de etnia preta que foi retratado na notícia *“Apontado como ‘4 de copas’ do Baralho do Crime morre em ação policial”*¹⁰, publicada no dia 22 de outubro de 2022, pela redação do portal Bahia Notícias. Observando as designações atribuídas ao agente principal da notícia, de nome “Jefferson Nascimento Santos”, porém, como menciona a notícia, “conhecido como Caio”, foram constatadas outras ocorrências que representam a sua identidade: “homem” e “4 de copas”, “baleado”. Quanto ao crime, a notícia citou que houve

⁸ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/hulkinho-do-traffic-e-preso-por-vender-combo-de-drogas-e-sexo-no-df/>. Acesso em: 15 de nov. 2021.

⁹ “Hulkinho do Tráfico é preso de novo e tem fiança definida em R\$ 50 mil”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/hulkinho-do-traffic-e-preso-de-novo-e-tem-fianca-definida-em-r-50-mil>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

“Hulkinho do tráfico” é preso suspeito de roubar carro”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/balanco-geral-manha-df/videos/hulkinho-do-traffic-e-preso-suspeito-de-roubar-carro-29112021>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/27518-camacari-apontado-como-4-de-copas-do-baralho-do-crime-morre-em-acao-policial>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.



um confronto durante uma operação policial, em que Caio e um comparsa teriam atirado nos policiais quando estes chegaram na localidade de Verde Horizonte, o que provocou um “revide”, resultando no genocídio¹¹ do ator social de etnia negra.

A notícia não é translúcida ao citar do que se trata o “Baralho do Crime”, então, de imediato, um leitor deslocado desta realidade factual e regional não consegue determinar a conexão do ator social com a prática social do delito que, inclusive, só é mencionado na colagem de autoria da SSP-BA, utilizada para ilustrar a notícia, que retrata uma foto do ator social dentro de uma carta de número 4 do baralho e no verso podemos ler a informação de “procurado por homicídio/tráfico de drogas”. A metonímia da representação social do ator como um “4 de copas do Baralho do Crime” sintetiza uma relação em que, além de ter que resgatar em outras fontes o que significa esta organização denominada “Baralho do Crime”, os leitores também deverão possuir um conhecimento prévio das técnicas de jogos de cartas, para entender a importância do ator social entre os outros membros (outras cartas com outros valores) dentro da organização criminosa. De outros modos, também pode ser vista como um processo de “sobredeterminação pela simbolização”, que “ocorre quando um actor social ou um grupo de actores sociais “ficcionais” representam actores ou grupos em práticas sociais não-ficcionais” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 212), se referenciarmos aos filmes de super-heróis, que utilizam designações fantasiosas, como “O Sindicato do Crime da América” e a “Liga dos Assassinos” do universo fictício da produtora de conteúdo DC (Detective Comics, Inc.).

As nominalizações sobre o porquê de Jeferson Nascimento Santos ser um ator social criminoso são completamente excluídas (VAN LEEUWEN, 1997, p. 91): não explica-se, no texto escrito, nada que aclare ao leitor algum histórico sobre isso, o que denota uma “circunstancialização” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 187) sobre os fatos, dando a entender que a ausência de informações e somente a presença da designação do ator social como sendo um “4 de copas do Baralho do Crime” são as prerrogativas essenciais para compreender-se a dinâmica dos acontecimentos. Se compararmos com a notícia anterior, vemos que, apesar de tratarem-se de atores sociais envolvidos nos mesmos delitos (tráfico de drogas e reação à abordagem), o trato social e o trato discursivo são diferentes para estruturarem-se as notícias. Temos elementos linguísticos antagônicos para se descrever eventos sociais semelhantes (abordagem a sujeitos criminalmente reincidentes), que resistiram à abordagem das forças estatais, no entanto, o de etnia branca teve a vida preservada, bem como a representação de sua identidade deslocada do delito retratado, enquanto o ator social de etnia preta, além de ter a vida aniquilada, recebeu um trato discursivo que o afiançou completamente ao crime, sem fornecer outras possibilidades que o deslocasse da prática social. Se individualizou a sua singularidade, assimilando-a através da pluralidade (VAN LEEUWEN, 1997).

Enquanto no segundo exemplo podemos observar uma “associação” do ator social apenas conectada ao crime, em que os leitores são impedidos de realizar a “categorização” da identidade retratada à função executada pelo agente da notícia, no primeiro vemos uma “dissociação” do ator à prática social criminosa e uma “indeterminação” sobre a sua identidade dentro da notícia. Esse

¹¹“O termo genocídio, construído e politizado na militância negra e pela juventude negra, não é uma construção do momento atual. Ele foi ressignificado e ampliado, mas já se fazia presente na análise de Nascimento (1978) ao discutir e denunciar a história de violência imposta aos negros e negras durante e após o processo da escravidão. Esse mesmo termo foi adotado pelo Senado Federal no relatório final da CPI Assassinato de Jovens.” (GOMES, 2018, p.



modo genérico ou específico de referir-se aos atores sociais e os modos de rotulá-los no texto tendem a deformar o ator social à medida que a grande projeção e as deformidades concernentes ao ator de etnia branca estão suavizando as suas ações, enquanto aquelas utilizadas para deformar as projeções sobre o sujeito preto tendem a naturalizar os fatos e os desdobramentos, algo que corresponde aos processos de desumanização dos sujeitos negros e às vantagens que a branquitude e o racismo estrutural fornecem aos sujeitos brancos, mesmo em posições delicadas.

Não é legítimo quando os mesmos eventos que acontecem, principalmente, em circunstâncias parecidas são retratados discursivamente de modos a desestimular a participação do agente principal da notícia no crime cometido, invocando atuações externas àquela retratada na notícia, principalmente quando há uma “especificação” delituosa em relação aos sujeitos pretos e uma “genericização” sobre os delitos dos sujeitos brancos. Estes processos, segundo van Leeuwen (1997), podem ser feitos através da “representação dos atores sociais que podem surgir como classes ou como indivíduos específicos e identificáveis” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 190), principalmente quando o autor afirma que “os jornais dirigidos à classe média tendem a individualizar as pessoas pertencentes às elites e a assimilar “pessoas comuns”, enquanto jornais dirigidos à classe trabalhadora, por vezes, individualizam “pessoas comuns”. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 194).

É importante ressaltarmos isso, pois, se pensarmos que um jornalista que não utiliza, por exemplo, palavras de etimologia racista, sexista ou homofóbica, contribui para que os processos de interpretação narrativa dos leitores não aloquem em sua memória de longo prazo o cunho denotativo que aquelas expressões significam, que é, acima de tudo, um discurso de ódio, fazendo o oposto ele também não pode se abster de considerar os eventos históricos da humanidade na estrutura de suas narrativas e pode contribuir para a manutenção de desigualdades sociais e estereótipos. Se o passado não fosse um elemento a ser considerado, imaginemos um futuro onde, por falta de crítica, trato, acesso, as pessoas voltassem a vangloriar as invasões colonialistas de territórios, as escravizações e o genocídio? Iniciaríamos, no discurso, uma derrocada moral que poderia se transformar em prática social, sendo o discurso o início, a estabilização e o maior responsável pela sobrevivência de qualquer ideologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os dados apresentados neste artigo indicam que estava e está em curso uma dinâmica de manutenção de prioridades localizadas, que tendem a privilegiar sujeitos brancos em detrimento dos sujeitos negros, que dão as condições necessárias para que a passabilidade social, o trânsito, o desfrute dos direitos e até o abuso de poder praticados pelos hegemônicos, sejam justificáveis pela ótica da subalternização dos corpos pretos. É um plano perfeito, visto pela ótica da branquitude: enquanto há o álibi racial para proteger a ideologia dominante do seu posto de soberania, não se despendem esforços para democratizar o “comando”. A nossa hipótese é a de que, proveniente do período colonial, esse sentido de submissão empregado pela cultura da branquitude é uma das principais formas de manutenção de sua posição de privilégio social.

Moreira (2017, p. 145) afirma que “as práticas de exclusão social procuram manter uma ordem social na qual certos grupos ocupam posições de subordinação enquanto outros permanecem em uma situação privilegiada”, ou seja, há uma compreensão, pelo sujeito, do lugar de privilégio e, possivelmente, um empenho consciente para mantê-lo. E percebe-se que existe um



embate de forças, em que os privilegiados lutam para manter-se no poder e os usurpados de direitos lutam para alcançá-los e para modificarem a ordem social vigente, algo que se registra pelas baixas adesões da branquitude à agenda antirracista.

No passado, aos grupos privilegiados, concediam-se certas garantias e vantagens em detrimento da subordinação social de sujeitos pretos por sujeitos brancos que, mesmo após a queda do regime escravocrata, controlavam as relações sociais que ainda se “organizavam” em torno da segregação do negro. Esse antigo sistema de benefício se renovou ao aderir-se à “sociedade capitalista” gerando:

A formação de redes de relacionamentos pessoais formadas entre membros dos grupos dominantes. A estratificação social pode também ser produto de um sistema de favoritismo pessoal, destinado a garantir oportunidades àqueles que detêm o poder. A preferência pela convivência com pessoas que possuem as mesmas características e a circulação de estereótipos sobre grupos tidos como diferentes fazem com que posições profissionais sejam ocupadas por indivíduos que pertencem ao mesmo segmento. (MOREIRA, 2017, p. 148).

Ou seja, podemos afirmar que o sistema atual de organização econômica também possui raízes no escravismo e, além de tudo, aproveitou a solidez dos pilares sociais bem definidos daquele período para formatar a ordenação que estamos hoje. Nota-se que a grande falha dos “formadores do Brasil”, como Florestan Fernandes (1972), foi esperar que, magicamente, uma sociedade orgulhosamente fundada por valores que fomentam a segregação - e que não se importava piamente com isso, uma vez que era beneficiada por tal ajuste social - mudasse a sua perspectiva de 400 anos de imposição e abuso de poder sobre sujeitos racializados da noite para o dia, como se fosse um processo automático.

Fazendo um adendo, percebe-se que Florestan Fernandes (1972) pode ter ignorado o próprio caráter das ciências sociais de cogitarem que as mudanças não são instantâneas, mas, sim, construídas dia após dia. O autor parece otimista ao dizer que seria um processo quase automático a mudança de papel social do negro na sociedade e o alcance da democracia racial ao mudar-se o regime econômico, no entanto, essa transição não se concretizou devido à “discriminação racial”, ao “preconceito”, bem como à “concentração de renda, o privilégio social e o poder nas mãos de uma única raça” (FERNANDES, 1972, p. 92), que limaram os avanços e corroboraram a estrutura de desigualdade social em que vivemos atualmente.

Tomando a uma prática social paulista como exemplo de segregação no período de industrialização no Brasil, Almeida e Silva (2013, p. 260) constatam que:

Para o trabalho na indústria têxtil paulista, em larga expansão, os empresários preferiam os imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães, bem como seus filhos nascidos no Brasil. As dificuldades crescentes impostas aos trabalhadores negros para sua inserção no mercado de trabalho contrastavam cruamente com o desenvolvimento industrial e urbanístico de São Paulo. Mesmo na década de 1930, quando a imigração diminuiu de ritmo e aumentou o número de trabalhadores nacionais na indústria paulista, os critérios de contratação e demissão continuaram marcados pelo racismo. Os brancos, depois os mulatos, é que tinham maiores chances de conseguir e manter empregos, em detrimento das pessoas de pele mais escura.



Com efeito, os problemas envoltos nas questões raciais são mais profundos que um sistema econômico ou uma organização social. Eles envolvem as paixões coletivas, as crenças, culturas e processos cognitivos sólidos que aduzem ao negro o signo de inferior e, ao que parece, à produção de significados que conseguem aderir o sujeito negro, permanentemente, ao caráter de significante nocivo.

Em definitiva, quando van Dijk (2015, p.21) afirma que “analisar o discurso é realizar uma análise social”, se assinala que também estamos analisando as formas as quais o poder simbólico foi sendo assegurado por um grupo dominante, compreendendo como o acesso aos recursos materiais, ao capital econômico, territorial e cultural, detidos por uma estrutura de supremacia, se tornaram “recursos simbólicos” responsáveis por desestruturarem comunidades e fomentarem desigualdades, não só no discurso, mas nas camadas sociais de modo geral. Sabemos que, historicamente, há uma hegemonia que perpassa diversas relações sociais que é a dominação da branquitude no constructo ideológico brasileiro, inclusive, com capacidade de dominar os próprios sujeitos negros e pretos, e este acúmulo de um longo passado de controle social, hegemonia étnica e, conseqüentemente, desigualdades sociais pode estar sobrevivendo e se retroalimentando dentro do discurso.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2006). **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. **Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 316-345, dez. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo. 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. rev. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Acesso em: 02 dez. 2022. , 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. Açãoeducativa.org.br, 2005.



GOMES, Nilma Lino. LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra.** Educ. Rev. [online]. 2018, vol.34, e197406. Epub 20-Set-2018. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 14 jan. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da brancura paulistana.** Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2015.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823).** Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** São Paulo: Companhia das letras, 2012.

VAN DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder.** Editora Contexto. São Paulo. 2015.

VIEIRA, Josenia. MACEDO, Denise. **Conceitos chaves em análise de discurso crítica.** in BATISTA JR. J. Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas, pp. 48-78. 1ª ed. São Paulo, Parábola. 2018.